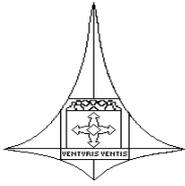




ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

FEVEREIRO/2018



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

CIRCULAÇÃO INTERNA

**ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL**

FEVEREIRO/2018

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	08
ARRECADAÇÃO DO ICMS	11
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	25
ARRECADAÇÃO DO ISS	26
SÉRIES HISTÓRICAS	35

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referente ao mês de fevereiro a ao primeiro bimestre de 2018.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 09/03/2018. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 05/03/2018.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de fevereiro e no primeiro bimestre de 2018, em comparação ao mesmo período de 2017.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 19 de março de 2018.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de fevereiro de 2018, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.439,7 milhões em valores correntes. No confronto com fevereiro de 2016, aponta-se acréscimo nominal de 3,0%, que corresponde a um crescimento real de 1,2%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de fevereiro discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DADOS SIGGO em 09/03/2018

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	fev/18	fev/17	fevereiro/2017 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em janeiro/18
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	636.593	581.109	591.644	+55.484	+9,5%	+44.949	+7,6%	44,2%
ISS	99.244	114.465	116.540	-15.221	-13,3%	-17.296	-14,8%	6,9%
SIMPLES	28.305	26.521	27.002	+1.783	+6,7%	+1.303	+4,8%	2,0%
IRRF	236.430	260.427	265.148	-23.997	-9,2%	-28.719	-10,8%	16,4%
IPVA	352.955	344.251	350.492	+8.703	+2,5%	+2.462	+0,7%	24,5%
IPTU/TLP	9.569	6.709	6.831	+2.860	+42,6%	+2.739	+40,1%	0,7%
ITBI	26.419	22.008	22.407	+4.410	+20,0%	+4.011	+17,9%	1,8%
ITCD	6.304	6.759	6.882	-455	-6,7%	-578	-8,4%	0,4%
Outras Taxas	5.122	5.450	5.549	-328	-6,0%	-427	-7,7%	0,4%
Receita Tributária Total (A)	1.400.940	1.367.701	1.392.495	+33.239	+2,4%	+8.445	+0,6%	97,3%
Dívida Ativa	25.237	18.075	18.402	+7.162	+39,6%	+6.835	+37,1%	1,8%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	7.195	5.818	5.923	+1.377	+23,7%	+1.272	+21,5%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	6.369	6.183	6.295	+186	+3,0%	+74	+1,2%	0,4%
Total das Outras Receitas (B)	38.801	30.076	30.621	+8.725	+29,0%	+8.180	+26,7%	2,7%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.439.741	1.397.777	1.423.116	+41.964	+3,0%	+16.625	+1,2%	100,0%

Fonte: SIGGO.

No resultado acumulado do primeiro bimestre de 2018, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 2.725,3 milhões em valores correntes, o que representa acréscimo nominal de 7,7%, correspondente a um aumento real de 5,8% em relação ao mesmo período de 2018. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2018
DADOS SIGGO em 09/03/2018

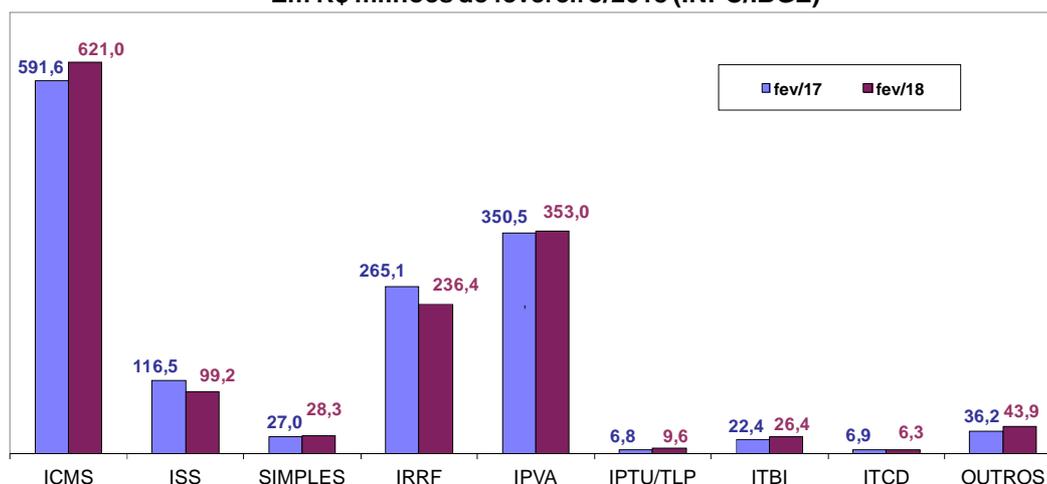
VALORES EM R\$ MIL

ITEM	2018 (a)	2017 (b)	2018 pelo INPC/IBGE (c)	2017 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	1.338.680	1.242.077	1.339.944	1.266.209	+96.603	+7,8%	+73.735	+5,8%	49,1%
ISS	230.597	269.620	230.833	274.887	-39.023	-14,5%	-44.054	-16,0%	8,5%
SIMPLES	68.478	62.173	68.551	63.387	+6.306	+10,1%	+5.164	+8,1%	2,5%
IRRF	457.299	388.590	457.697	395.947	+68.710	+17,7%	+61.750	+15,6%	16,8%
IPVA	434.463	407.121	434.610	414.656	+27.341	+6,7%	+19.954	+4,8%	15,9%
IPU/TLP	32.886	24.700	32.928	25.192	+8.186	+33,1%	+7.736	+30,7%	1,2%
ITBI	50.945	45.913	50.989	46.803	+5.032	+11,0%	+4.186	+8,9%	1,9%
ITCD	14.407	13.919	14.422	14.189	+489	+3,5%	+233	+1,6%	0,5%
Outras Taxas	10.062	11.975	10.071	12.208	-1.913	-16,0%	-2.137	-17,5%	0,4%
Receita Tributária Total (A)	2.637.818	2.466.087	2.640.044	2.513.477	+171.731	+7,0%	+126.567	+5,0%	96,8%
Dívida Ativa	53.877	37.348	53.929	38.072	+16.530	+44,3%	+15.857	+41,7%	2,0%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	16.123	11.799	16.140	12.027	+4.325	+36,7%	+4.112	+34,2%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	17.444	15.263	17.464	15.562	+2.181	+14,3%	+1.902	+12,2%	0,6%
Total das Outras Receitas (B)	87.445	64.410	87.533	65.661	+23.036	+35,8%	+21.872	+33,3%	3,2%
Total da Arrecadação (A) + (B)	2.725.263	2.530.497	2.727.577	2.579.138	+194.766	+7,7%	+148.439	+5,8%	100,0%

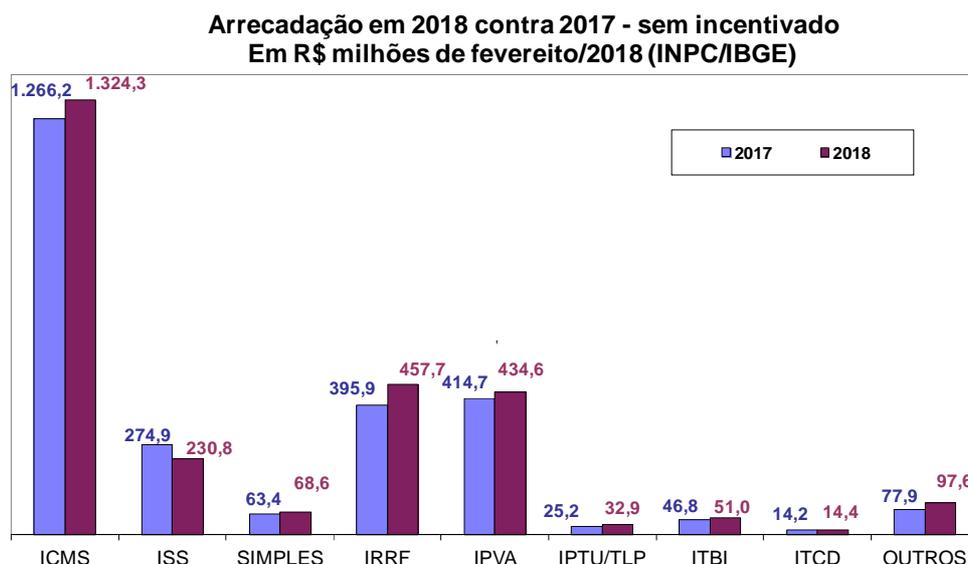
Fonte:SIGGO.

Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em fevereiro de 2018 frente a fevereiro de 2017, verificou-se que o **ICMS**, tributo com maior representatividade, cresceu 7,6% (+R\$ 44,9 milhões) e, desconsiderando a modalidade de recolhimento ICMS PADES/Incentivado, cresceu 5,0% (R\$ 29,4 milhões). Já o **IRRF**, segundo tributo com maior representatividade no total de receitas tributárias auferidas, apresentou decréscimo de 10,8% (- R\$ 28,7 milhões). Observou-se, também, a queda na arrecadação do ISS, no percentual de 14,8% (-R\$ 17,3 milhões).

Arrecadação em fevereiro/2018 contra fevereiro/2017 - sem incentivado
Em R\$ milhões de fevereiro/2018 (INPC/IBGE)



Na comparação acumulada do primeiro bimestre de 2018 com correspondente período de 2017, foram observados acréscimos reais significativos do ICMS de R\$ 73,7 milhões, que desconsiderando a modalidade ICMS PADES/Incentivado foi de R\$ 58,1 milhões, do IRRF de R\$ 61,8 milhões e do IPVA de R\$ 20,0 milhões. Por outro lado, foi registrada queda expressiva do ISS de R\$ 44,1 milhões.



O Índice FipeZap, que acompanha o preço de venda de imóveis residenciais em 20 cidades brasileiras, registrou nova estabilidade em fevereiro de 2018 (-0,05%). Como o IPCA, considerado o índice oficial da inflação do país, variou 0,32% em fevereiro, o Índice FipeZap encerrou o segundo mês de 2018 com queda real no preço de venda de imóveis residenciais de -0,37%.

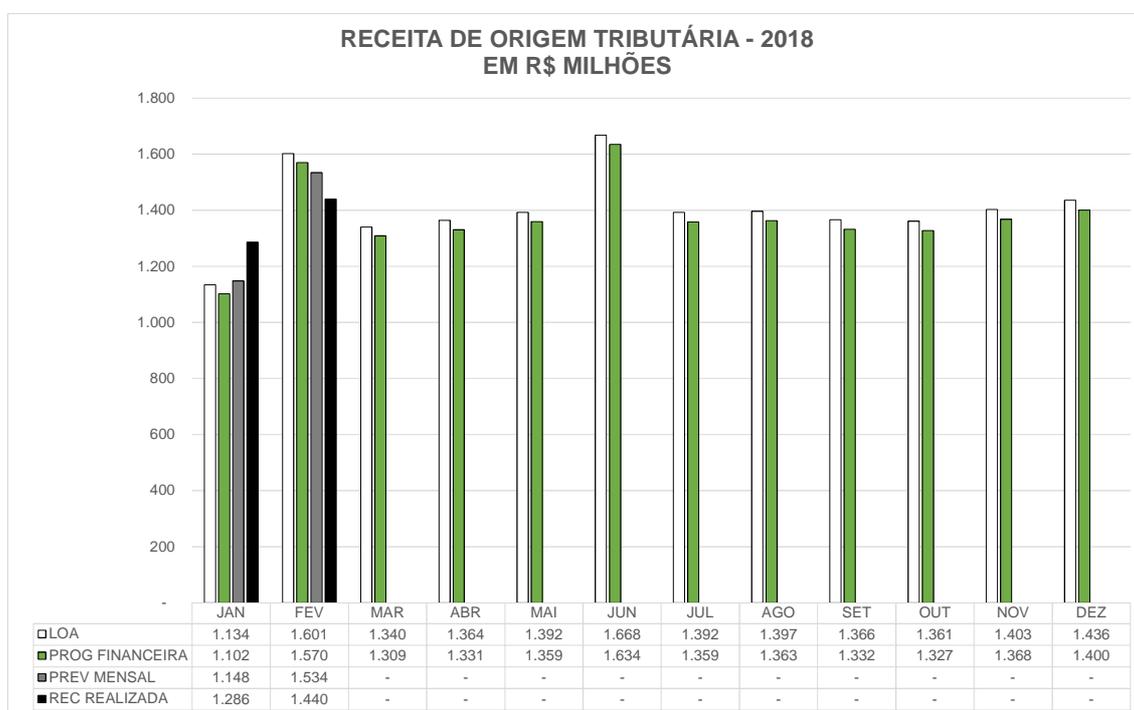
Considerando os últimos 12 meses, o Índice FipeZap aponta recuo (-0,72%) no preço médio dos imóveis residenciais. Nesse intervalo de tempo, 9 das 20 cidades pesquisadas acumulam redução no preço de venda, destacando-se o Distrito Federal (-2,67%) com a segunda maior queda nominal nesse período, após registrar variações negativas de -0,36% em janeiro e -0,08% em fevereiro.

Apesar das variações negativas do índice no Distrito Federal, a arrecadação do ITBI continua com resultado positivo, apresentando aumento

real de 8,9% (+R\$ 4,2 milhões) no acumulado do primeiro bimestre de 2018 frente ao mesmo período em 2017.

Em fevereiro de 2018, o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.549/m², mantendo-se o Distrito Federal com o terceiro m² mais caro do país (R\$ 7.814/m²), após Rio de Janeiro e São Paulo.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na programação financeira, na LOA, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.



A receita realizada em fevereiro de 2018 ficou abaixo da considerada na previsão mensal em R\$ 94,7 milhões, o que corresponde a um desvio negativo de 6,6% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA para o mês de fevereiro, ocorreu frustração de R\$ 161,7 milhões, conforme o quadro seguinte. Discriminando os desvios pelos principais itens que compõem a receita tributária, os principais desvios negativos observados foram para o IPVA (-R\$ 73,0 milhões), ICMS (-R\$ 46,6 milhões) e ISS (-R\$ 35,5 milhões).

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - FEVEREIRO 2018								VALORES EM R\$ MIL
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D-A)	(D-B)	(D-C)	
ICMS	667.777	683.150	651.434	636.593	(31.184)	(46.557)	(14.842)	
ISS	130.688	134.747	134.747	99.244	(31.443)	(35.503)	(35.503)	
SIMPLES	29.557	36.475	36.475	28.305	(1.252)	(8.170)	(8.170)	
IRRF	260.427	237.146	237.146	236.430	(23.997)	(716)	(716)	
IPVA	355.730	425.965	425.965	352.955	(2.775)	(73.010)	(73.010)	
IPTU/TLP	5.139	5.177	5.177	9.569	4.430	4.392	4.392	
ITBI	30.840	30.512	30.512	26.419	(4.421)	(4.093)	(4.093)	
ITCD	6.074	6.016	6.016	6.304	231	288	288	
OUTRAS TAXAS	5.667	5.659	5.659	5.122	(545)	(537)	(537)	
RECEITA TRIB TOTAL	1.491.898	1.564.846	1.533.130	1.400.940	(90.958)	(163.906)	(132.190)	
DÍVIDA ATIVA	26.251	24.119	24.119	25.237	(1.014)	1.118	1.118	
M/J DÍVIDA ATIVA	7.555	6.809	6.809	7.195	(360)	385	385	
M/J TRIBUTOS	8.701	5.705	5.705	6.369	(2.332)	665	665	
TOTAL OUTRAS REC	42.507	36.633	36.633	38.801	(3.707)	2.168	2.168	
TOTAL DA ARRECAÇÃO	1.534.405	1.601.479	1.569.763	1.439.741	(94.664)	(161.738)	(130.022)	

No tocante à programação financeira, a receita realizada ficou abaixo da prevista em R\$ 130,0 milhões, sendo que o maior desvio negativo ocorreu com o IPVA (-R\$ 73,0 milhões), seguido do ISS (-R\$ 35,5 milhões) e do ICMS (-R\$ 14,8 milhões).

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A FEVEREIRO 2018								VALORES EM R\$ MIL
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA (B)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D - A)	(D-B)	(D - C)	
ICMS	1.356.447	1.382.636	1.318.446	1.338.680	(17.767)	(43.955)	20.234	
ISS	267.128	272.354	272.354	230.597	(36.532)	(41.758)	(41.758)	
SIMPLES	68.101	71.019	71.019	68.478	377	(2.541)	(2.541)	
IRRF	388.590	381.143	381.143	457.299	68.710	76.156	76.156	
IPVA	420.713	451.749	451.749	434.463	13.750	(17.286)	(17.286)	
IPTU/TLP	20.333	20.548	20.548	32.886	12.553	12.338	12.338	
ITBI	57.452	57.000	57.000	50.945	(6.507)	(6.055)	(6.055)	
ITCD	12.368	12.293	12.293	14.407	2.039	2.114	2.114	
OUTRAS TAXAS	11.280	11.328	11.328	10.062	(1.218)	(1.266)	(1.266)	
RECEITA TRIB TOTAL	2.602.412	2.660.071	2.595.881	2.637.818	35.405	(22.253)	41.937	
DÍVIDA ATIVA	52.189	48.075	48.075	53.877	1.688	5.802	5.802	
M/J DÍVIDA ATIVA	11.578	12.531	12.531	16.123	4.545	3.593	3.593	
M/J TRIBUTOS	16.350	14.880	14.880	17.444	1.095	2.565	2.565	
TOTAL OUTRAS REC	80.117	75.486	75.486	87.445	7.328	11.960	11.960	
TOTAL DA ARRECAÇÃO	2.682.529	2.735.556	2.671.366	2.725.263	42.734	(10.293)	53.896	

No acumulado do primeiro bimestre de 2018, houve desvio positivo de realização frente à previsão mensal, de R\$ 42,7 milhões, explicado em larga medida pelos desvios positivos ocorridos com o IRRF (+R\$ 68,7 milhões), com o IPVA (+13,8 milhões) e com o IPTU/TLP (+R\$ 12,6 milhões). Quanto aos desvios negativos, destacam-se o ISS (-R\$ 36,5 milhões) e o ICMS (-R\$ 17,8 milhões).

No que tange à receita acumulada no primeiro bimestre de 2018 prevista na LOA em relação à receita realizada, ocorreu déficit no montante de R\$ 10,3 milhões. Ressalte-se que a maior frustração de realização ocorreu no ICMS (-R\$ 44,0 milhões), relacionada em parte pela não realização do Fundo de Equilíbrio Fiscal, considerado na previsão para as leis orçamentárias. O destaque positivo ocorreu no IRRF (+R\$ 76,2 milhões).

Quanto à programação financeira no bimestre acima registrado, verificou-se um desvio positivo de realização no montante de R\$ 53,9 milhões, explicados principalmente pela arrecadação de IRRF (+R\$ 76,2 milhões) e de ICMS (+ R\$ 20,2 milhões).

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O quadro a seguir resume os indicadores econômicos considerados relevantes na elaboração do presente relatório.

INDICADORES ECONÔMICOS

Indicador	Unidade	Fonte	jan/17	dez/17	jan/18	acum. ano	últ. 12 meses	projeção 2018
IPCA (1)	variação %	IBGE/BACEN	0,38%	0,29%	0,32%	0,61%	2,84%	3,67% (2)
IPCA - Brasília	variação %	IBGE/BACEN	0,72%	-0,15%	0,19%	0,04%	3,10%	nd
SELIC (a.a)	variação % a.a.	BACEN	13,00%	7,00%	7,00%	----	----	6,5% (2)
PIB BRASIL	taxa trimestral %/ ano ant	IBGE/BACEN	0,50%	2,56%	2,70%	----	----	2,87% (2)
IBC-Br	var % mês/mês ant	BACEN	-0,26%	1,41%	nd	----	----	----
Taxa de desemprego no DF	%	CODEPLAN	19,3%	17,9%	17,7%	----	----	----
Índice FipeZap ampliado (20 cidades; 1)	variação %	Fipe	-0,06%	-0,01%	-0,05%	-0,06%	-0,72%	----
Índice Fipe-Zap DF (1)	variação %	Fipe	-0,44%	-0,36%	-0,08%	-0,50%	-1,19%	----
Preço médio imóvel DF (1)	R\$/m ²	Fipe	8.427	7.842	7.814	----	----	----
Venda de combustíveis no DF (m ³)	var % mês/mês ant	ANP	-11,84%	3,85%	-8,63%	-2,41%	-1,32%	----
Produção Industrial Mensal - Brasil (PIM-PF; 3)	var % mês/mês ant	IBGE	0,8%	3,1%	-2,4%	5,7%	2,8%	3,97% (2)
Receita nominal de vendas - com. varejista (BR)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	3,1%	-0,9%	0,6%	3,3%	2,3%	----
Receita nominal de vendas - com. varejista (DF)	var % mês/mês ano ant.	IBGE	-2,3%	-3,4%	-0,2%	0,0%	-5,1%	----
Consumo de energia elétrica no DF	var % mês/mês ant	EPE	-3,55%	-7,22%	2,05%	-2,46%	-4,49%	----
Veículos licenciados no Brasil	var % mês/mês ant	Fenabreve	-18,13%	4,12%	-14,75%	23,12%	26,31%	10,3%
Veículos vendidos no DF	var % mês/mês ant	Sincodiv	-15,58%	25,88%	-6,67%	20,98%	7,66%	----

Obs: 1. O IPCA do Brasil e de Brasília, os índices Fipe-Zap e o preço médio do imóvel referem-se aos meses seguintes aos indicados nas respectivas colunas;

2. Projeções vistas no Boletim Focus de 9/3/18;

3. O índice refere-se à indústria geral.

PIB

Em 1º de março, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o PIB em 2017 cresceu 1,0% em relação ao ano anterior, após duas quedas consecutivas, ambas de 3,5%, em 2015 e 2016, retornando ao patamar observado no primeiro semestre de 2011. O PIB per capita variou 0,2% em termos reais, alcançando R\$ 31.587 em 2017. A taxa de investimento foi de 15,6% do PIB, abaixo do observado em 2016 (16,1%), enquanto a taxa de poupança subiu de 13,9% para 14,8% em 2017.

Entre as atividades que compõem o setor Serviços, que teve avanço de 0,3% no ano, o Comércio cresceu 1,8%, seguido por Atividades imobiliárias (1,1%) e Transporte, Armazenagem e Correio (0,9%). Entre os segmentos da

indústria, que ficou estagnada em 2017 (após três anos consecutivos de queda), o destaque positivo foi a alta na atividade extrativa (4,3%), enquanto o negativo foi a construção civil, que encolheu 5% no ano. O grande impulsionador do PIB de 2017 foi o agronegócio, que avançou 13% em 2017 em decorrência da safra recorde.

De acordo com as projeções do Boletim Focus de 09/3, divulgadas em 12 de março, espera-se crescimento do PIB de 2,87% para 2018, enquanto há quatro semanas o crescimento do PIB estimado era de 2,70%.

IPCA

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, iniciou 2018 em desaceleração, passando de 0,44% em dezembro de 2017 para 0,29% em janeiro deste ano. A taxa é a menor para o mês desde a criação do Plano Real, em julho de 1994. Em 12 meses, o índice acumula avanço de 2,86%, o menor desde 2007, quando alcançou 2,99%. Os dados foram divulgados no dia 8 de fevereiro pelo IBGE.

No Boletim Focus de 16 de fevereiro, a previsão dos analistas consultados pelo Banco Central para a variação do IPCA em 2018 foi reduzida de 3,95% (quatro semanas atrás) para 3,81%.

Quanto ao comportamento dos índices por região, Brasília registrou a menor taxa entre as 13 regiões pesquisadas (-0,15%), em virtude de itens como Vestuário (-1,20%) e Habitação (-0,85%), esse último influenciado pela queda em energia elétrica (-5,19%).

TAXA SELIC

Apesar de a taxa Selic já estar no nível mais baixo da história (6,75% ao ano), o ministro da Fazenda declarou que o Banco Central pode cortar novamente a Selic na próxima reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), nos dias 20 e 21 de março.

Pesquisa preliminar de uma agência de notícias mostrou que grande parte do mercado (33 das 36 casas consultadas) acredita que o Copom irá

reduzir o juro de 6,75% para 6,50% em março, enquanto as demais avaliam que a taxa permanecerá a mesma.

Com os juros básicos em 6,75% a.a., de acordo com o Ranking Mundial dos Juros Reais compilado pelo portal MoneYou e pela Infinity Asset Management, o Brasil tem a 5ª maior taxa real (taxa de juros atuais descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses) entre os 40 países pesquisados (2,89% a.a.), ligeiramente acima da praticada na Índia (2,89% a.a.).

TAXA DE DESEMPREGO

Depois de três anos seguidos com as demissões superando as contratações em janeiro, o ano de 2018 iniciou com a geração de vagas formais de trabalho. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de janeiro, divulgados pelo Ministério do Trabalho em 2 de março, aponta que foram criadas 77,8 mil novas vagas de emprego formal. O resultado é o melhor para o período desde 2012, quando haviam sido criadas 118.895 vagas.

Dos oito setores avaliados pela pesquisa, Indústria e Serviços criaram o maior número de vagas com carteira em janeiro (saldos positivos de 49.500 e 46.544, respectivamente), enquanto o Comércio foi o que mais fechou (- 48.747).

A taxa de desocupação no trimestre de novembro de 2017 a janeiro de 2018, de acordo com a Pnad Contínua, pesquisa oficial sobre trabalho e rendimento do IBGE, manteve-se inalterada em relação ao trimestre de agosto a outubro de 2017 (12,2%), mas sofreu queda (-0,4 p.p.) na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior, novembro de 2016 a janeiro de 2017 (12,6%). A população desocupada (12,7 milhões) ficou estável em relação ao trimestre anterior (12,7 milhões) e ligeiramente menor que no confronto com igual trimestre do ano anterior, quando havia 12,9 milhões de desocupados.

As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal –PED-DF, realizada pela Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do

Distrito Federal, CODEPLAN, DIEESE, em parceria com a Fundação SEADE, mostram que a taxa de desemprego total ficou relativamente estável, ao passar de 17,9% em dezembro de 2017 para 17,7% em janeiro de 2018, sendo estimado em 286 mil o número total de desempregados (redução de 6 mil pessoas em relação ao mês anterior).

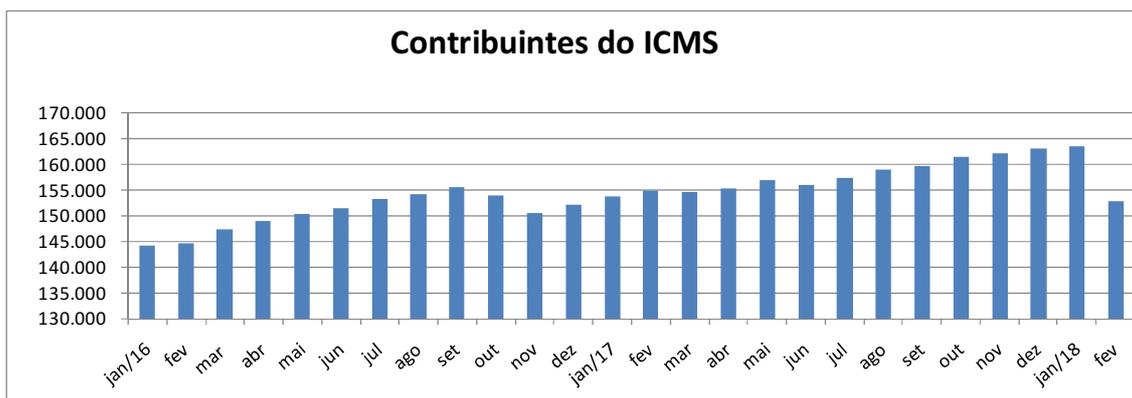
No mês em análise, o nível de ocupação diminuiu 0,7% (ou -9 mil) e o contingente de ocupados foi estimado em 1.328 mil pessoas. Setorialmente, esse resultado decorreu de reduções nos Serviços (-7 mil pessoas) e no Comércio(-4 mil pessoas), aumento na Indústria de Transformação (+2 mil) e estabilidade na Construção.

ARRECADAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS registrou no mês de fevereiro de 2018 ingressos de R\$ 636,6 milhões em valores correntes. No comparativo com correspondente mês do ano anterior apurou-se acréscimo nominal de 9,5% e expansão real de 7,6%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

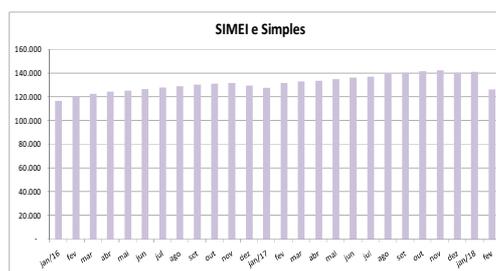
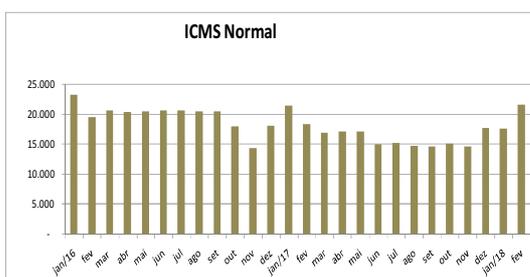
Quanto ao resultado acumulado do primeiro bimestre de 2018, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 1.338,7 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 7,8%, e real de 5,8% em relação a igual período de 2017.

Em fevereiro de 2018, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 152.968 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC, o que representa uma queda de 10.735 inscrições no ICMS em relação ao mês anterior, conforme ilustração abaixo.



Do total de inscritos, 82,7% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 41.279 e 85.269 contribuintes, respectivamente.

Neste mês de fevereiro 2018, houve um decréscimo no número total de contribuintes do SIMEI e do Simples Nacional, migrando uma pequena parte destes contribuintes para o Regime Normal de Apuração, conforme demonstram as figuras abaixo.



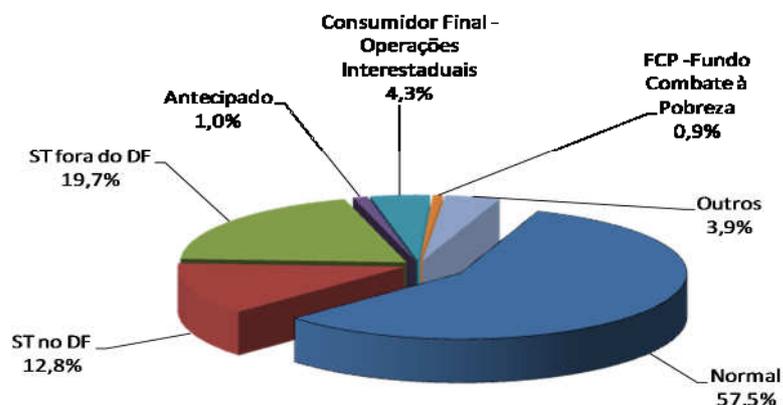
Em relação à localidade, neste mês, houve redução de contribuintes do ICMS em todas as Agências, à exceção da Agência Empresarial.

FEVEREIRO DE 2018		AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
NOME DO REGIME DO ICMS		AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal		1	2	4	11	5	3				1	28
2) Regime Normal de Apuração		851	4.819	1.939	1.884	1.949	726	3.030	931	5.136	230	21.495
3) PRO-DF Logístico												-
4) Regime Especial de Refeições		4	208	7	114	2	2	53	2	49	1	442
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção			2		13			2			5	22
6) Revendedor Porta-a-Porta					24							24
7) SIMEI - Microempreendedor Individual		4.943	15.149	12.441		12.400	5.039	7.690	5.294	20.480	1.833	85.269
8) Simples Nacional - outras modalidades		1.928	10.272	4.253	35	4.113	1.750	5.312	2.034	10.991	591	41.279
9) Substituto Tributário-OUTRA UF					998							998
10) Telecomunicações-Centralizada					67							67
11) Telecomunicações - Centralizadora				1	7							8
12) Outra UF (E-Commerce)		7	14	9	3.288	5		2		5		3.330
13) Crédito Presumido-Serv Transporte					2		1	2		1		6
TOTAL		7.734	30.467	18.653	6.443	18.474	7.521	16.091	8.262	36.667	2.656	152.968
PARTICIPAÇÃO		5,06%	19,92%	12,19%	4,21%	12,08%	4,92%	10,52%	5,40%	23,97%	1,74%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior		-7,11%	-4,80%	-8,33%	0,20%	-8,85%	-9,10%	-5,44%	-8,04%	-6,34%	-8,70%	-6,56%

Quanto à composição do ICMS por situação de recolhimento em fevereiro de 2018, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 57,5%, seguido da

Substituição Tributária Fora e no DF, com 19,7% e 12,8% respectivamente, perfazendo no conjunto 90,0% da receita total do imposto.

ICMS por Situação de Recolhimento fevereiro de 2018



Delineando o acréscimo real de R\$ 44,9 milhões na receita total do ICMS em fevereiro de 2018 na comparação com fevereiro de 2017 pelos principais itens de receita do tributo, destaca-se o grupo Outros (+R\$ 18,5 milhões), devido ao ICMS Incentivado – PADES/PRODF II (+R\$ 15,6 milhões), além da modalidade Substituição Tributária interna e externa (+R\$ 16,3 milhões), seguido de Consumidor Final – Operações Interestaduais (+R\$ 9,7 milhões).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹							
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (fev/18)
	fev/18	jan-fev/2018	fev/17	jan-fev/2017	fev/18	jan-fev/2018	
Normal	365.858	782.869	365.542	774.205	0,1%	1,1%	57,5%
ST no DF	81.668	145.505	71.890	154.438	13,6%	-5,8%	12,8%
ST fora do DF	125.541	300.212	119.006	261.064	5,5%	15,0%	19,7%
Antecipado	6.620	12.993	6.593	13.961	0,4%	-6,9%	1,0%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	27.196	50.122	17.533	33.920	55,1%	47,8%	4,3%
FCP ²	4.590	10.465	4.430	10.919	3,6%	-4,2%	0,7%
Outros ³	25.121	37.779	6.650	17.702	277,8%	113,4%	3,9%
Total da Arrecadação	636.593	1.339.944	591.644	1.266.209	7,6%	5,8%	100,0%

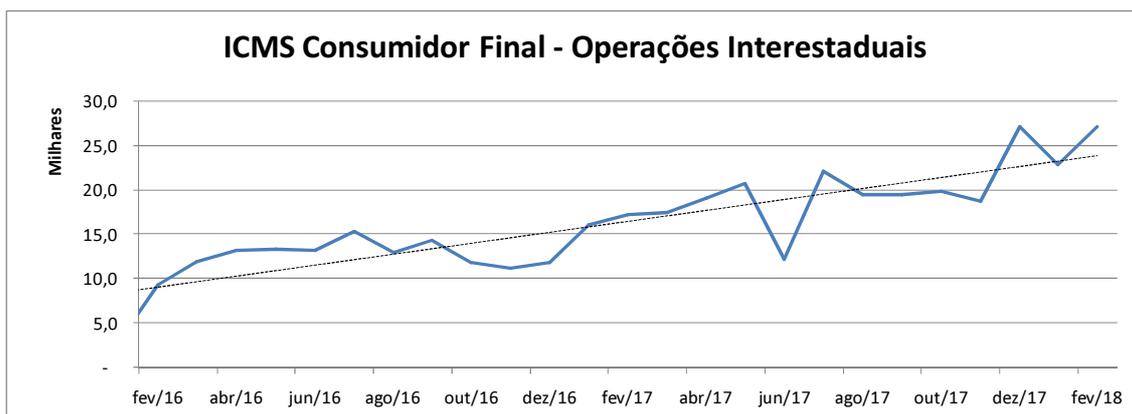
Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

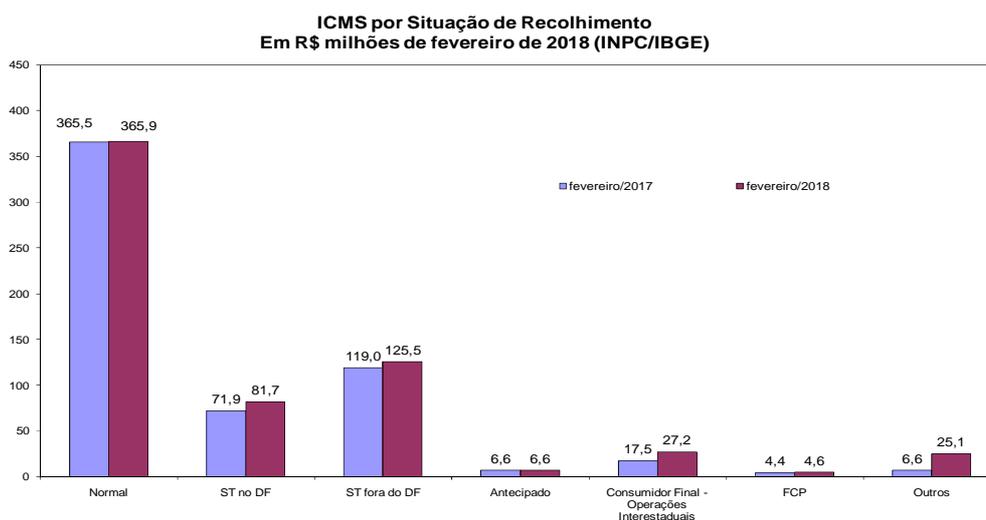
2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

O gráfico seguinte apresenta o desempenho do ICMS referente à modalidade Consumidor Final – Operações Interestaduais, que advém em grande parte do comércio eletrônico. Observa-se que, como tendência, a arrecadação dessa modalidade apresenta comportamento crescente.

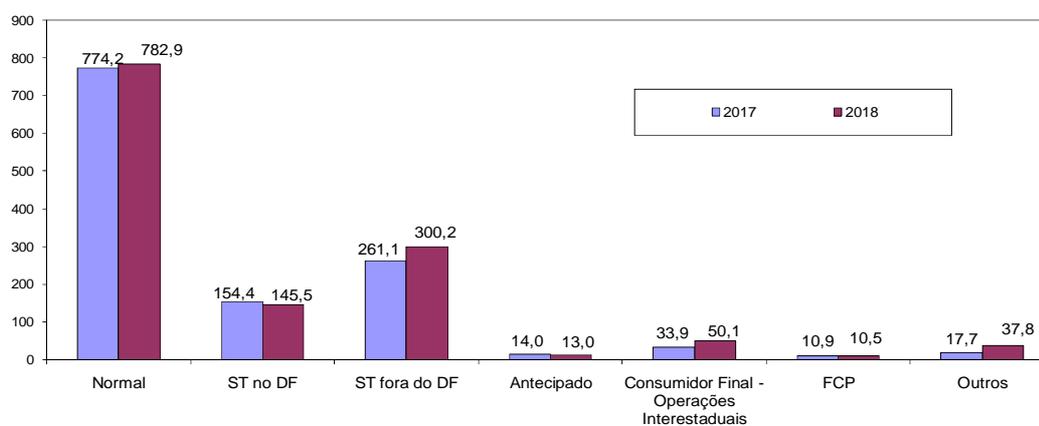


A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação real do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de fevereiro de 2018 com igual mês de 2017.



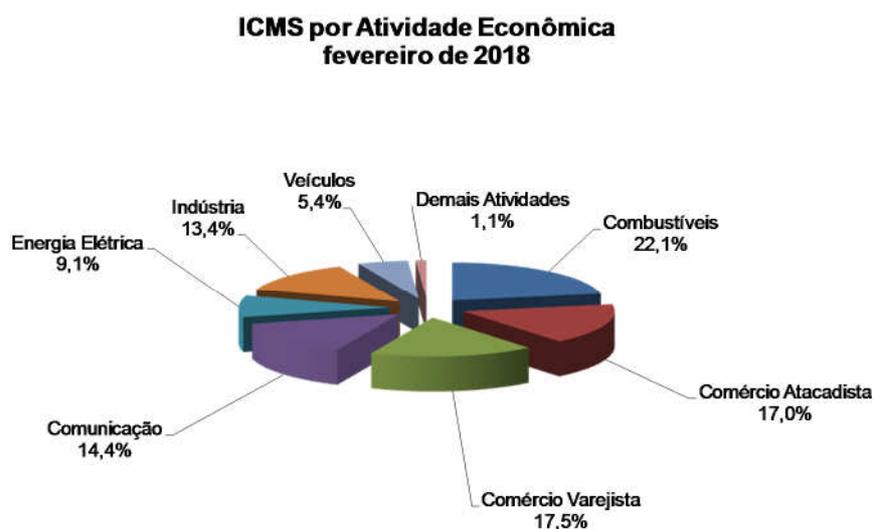
Quanto à análise acumulada referente ao primeiro bimestre de 2018, registrou-se acréscimo real do ICMS de R\$ 73,7 milhões, na comparação com correspondente período de 2017. Constataram-se ganhos reais na modalidade Substituição Tributária Fora do DF (+R\$ 39,1 milhões), do grupo Outros

**ICMS acumulado por Situação de Recolhimento
Em R\$ milhões até fevereiro de 2018 (INPC/IBGE)**



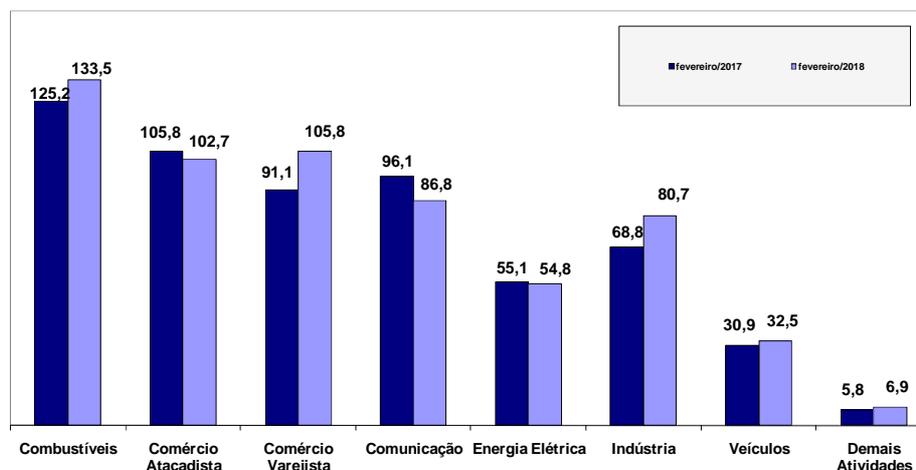
(+R\$ 20,1 milhões), que inclui o Incentivado – PADES/PRODF II, principal responsável por este incremento significativo do ICMS, seguido do segmento Consumidor Final - Operações Interestaduais (+R\$ 16,2 milhões), além do ICMS Normal (+R\$ 8,7 milhões). Por outro lado, foi contabilizado decréscimo real na modalidade Substituição Tributária Interna do DF (-R\$ 8,9 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada no primeiro bimestre de 2018 frente a igual período de 2017.

No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em janeiro de 2018, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis com participação de 22,1%, seguido pelo Comércio Varejista, Comércio Atacadista e Comunicação, com 17,5%, 17,0% e 14,4%, respectivamente.



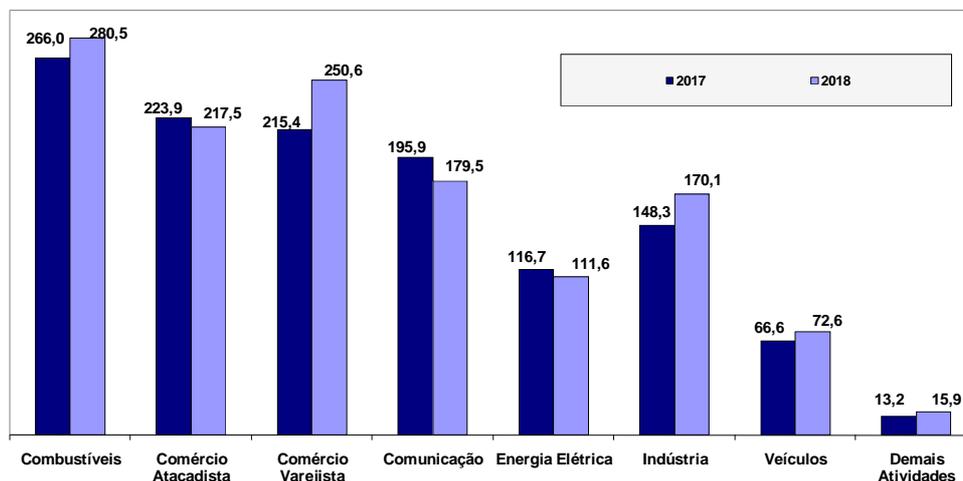
Na avaliação do desempenho real da receita de fevereiro de 2018 frente a correspondente mês de 2017, depreendem-se substanciais aumentos no Comércio Varejista (+R\$ 14,8 milhões), na Indústria (+R\$ 12,0 milhões) e em Combustíveis (+R\$ 8,3 milhões). Por outro lado, as principais quedas ocorreram nos segmentos de Comunicação (-R\$ 9,3 milhões) e Comércio Atacadista (-R\$ 3,2 milhões). Vale salientar que o incremento de arrecadação do ICMS Indústria apresentado exclui o ICMS Incentivado – PADES/PRODF II.

ICMS por Atividade Econômica
Em R\$ milhões de fevereiro/2018 (INPC/IBGE)



Quanto ao desempenho acumulado para o primeiro bimestre de 2018 em relação a igual período de 2017, houve acréscimos de arrecadação nos segmentos Comércio Varejista (+R\$ 35,3 milhões), Indústria (+R\$ 21,8 milhões, também excluindo o ICMS Incentivado) e Combustíveis (+R\$ 15,0 milhões). Por outro lado, destacaram-se perdas reais em Comunicação (-R\$ 16,4 milhões), Comércio Atacadista (-R\$ 6,3 milhões) e Energia Elétrica (-R\$ 5,1 milhões).. A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.

**ICMS por Atividade Econômica
2018 contra 2017 (acumulado até fev)
Em R\$ milhões de fevereiro/2018 (INPC/IBGE)**



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando-as em valores reais para os meses de fevereiro de 2017 e de 2018, bem como em relação ao acumulado para o primeiro bimestre de 2018 em relação a igual período de 2017 e a composição da arrecadação em fevereiro de 2018.

ITEM	Valores Reais ¹ (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (fevereiro/2018)
	fev/18		fev/17		fev/18	fev/17	
	jan-fev/2018	jan-fev/2017	jan-fev/2018	jan-fev/2017	jan-fev/2018	jan-fev/2017	
Combustíveis	133.515	280.488	125.188	265.993	6,7%	5,4%	22,1%
Comércio Atacadista	102.671	217.549	105.832	223.869	-3,0%	-2,8%	17,0%
Comércio Varejista	105.838	250.620	91.057	215.371	16,2%	16,4%	17,5%
Comunicação	86.812	179.526	96.084	195.939	-9,7%	-8,4%	14,4%
Energia Elétrica	54.769	111.597	55.139	116.700	-0,7%	-4,4%	9,1%
Indústria	80.739	170.084	68.780	148.283	17,4%	14,7%	13,4%
Veículos	32.527	72.645	30.895	66.551	5,3%	9,2%	5,4%
Demais Atividades	6.907	15.909	5.779	13.183	19,5%	20,7%	1,1%
TOTAL	603.778	1.298.419	578.755	1.245.888	4,3%	4,2%	100,0%

Fonte: Dados SIGGO e SIGEST contabilizado para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

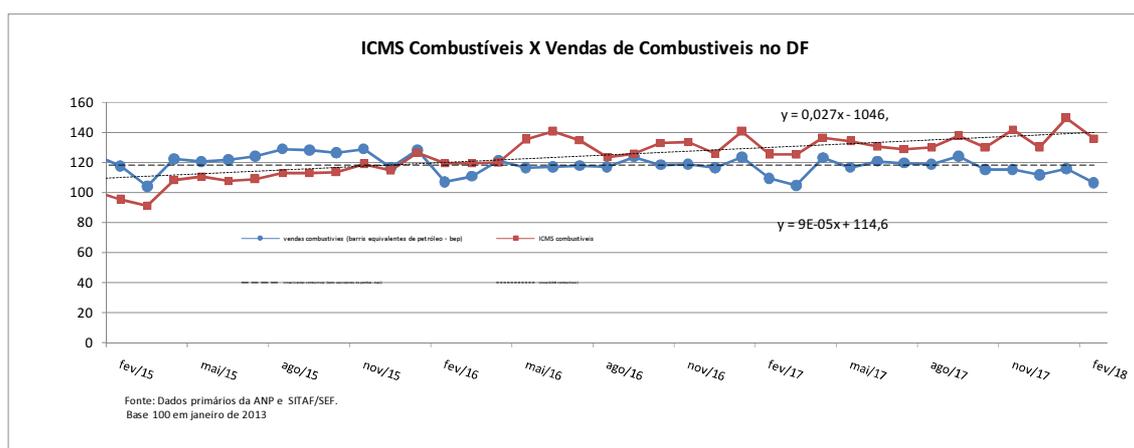
3. Outros = importação, auto de infração, LC 52/97, incentivado, energia elétrica, transporte e comunicação.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

COMBUSTÍVEIS

Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. Para o mês de fevereiro de 2018, em relação ao mês precedente, observam-se decréscimos tanto na venda de combustíveis quanto na arrecadação do ICMS. Ressalte-se que ambas as curvas apresentam tendência de crescimento no longo prazo, sendo que a do ICMS mais pronunciada.



Analisando a arrecadação do ICMS do setor no Distrito Federal, conforme tabela anterior, houve acréscimo real de 6,7% na arrecadação do mês de fevereiro de 2018 em comparação com o mesmo mês de 2017 e no desempenho acumulado para o primeiro bimestre de 2018 em relação a igual período de 2017 houve aumento real de 5,4%.

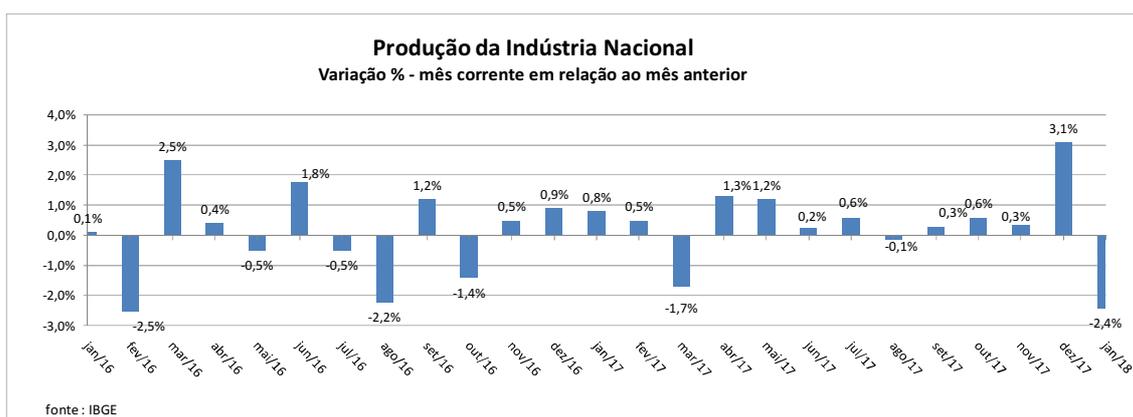
INDÚSTRIA

Em 6 de março, o IBGE divulgou que a produção da indústria brasileira recuou 2,4% em janeiro frente a dezembro de 2017. O resultado, o pior desde fevereiro de 2016, quando houve retração de 2,5%, interrompeu quatro meses

seguidos de crescimento. Segundo a entidade, a queda na produção foi generalizada entre as quatro grandes categorias da indústria brasileira, mas a principal influência negativa partiu da produção de veículos automotores, que recuou 7,6% na passagem de dezembro para janeiro. Em dezembro, a indústria automotiva havia crescido 9,1% frente ao mês anterior.

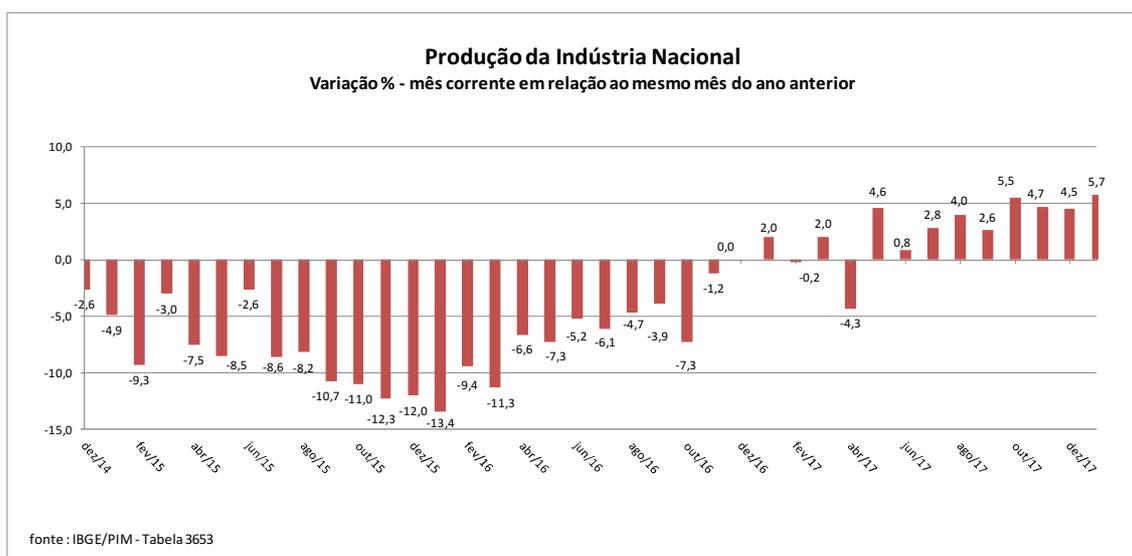
Dentre as grandes categorias econômicas, bens de consumo duráveis mostrou a queda mais acentuada (-7,1%) e eliminou parte da expansão de 9,8% acumulada nos dois últimos meses de 2017. Essa foi a taxa negativa mais intensa desde março de 2017 (-7,5%).

Dos 24 ramos da indústria pesquisados pelo IBGE, apenas cinco tiveram crescimento de dezembro para janeiro, sendo os mais expressivos os de produtos farmoquímicos e farmacêuticos (21,0%), de indústrias extrativas (2,2%) e bebidas (5,0%).



Já na comparação com janeiro de 2017, a indústria brasileira registrou crescimento de 5,7%. Segundo o IBGE, foi a nona taxa positiva consecutiva nessa base de comparação e a mais acentuada desde abril de 2013 (9,8%).

Os resultados positivos na comparação com janeiro de 2017 foram observados em todas as quatro grandes categorias econômicas da indústria brasileira e em 20 dos 26 ramos, sendo bens de consumo duráveis (20,0%) e bens de capital (18,3%) as categorias que registraram os avanços mais acentuados.



Nota: O gráfico acima retifica as variações a partir de janeiro de 2016 reportadas equivocadamente em gráfico semelhante constante no relatório de janeiro/2018.

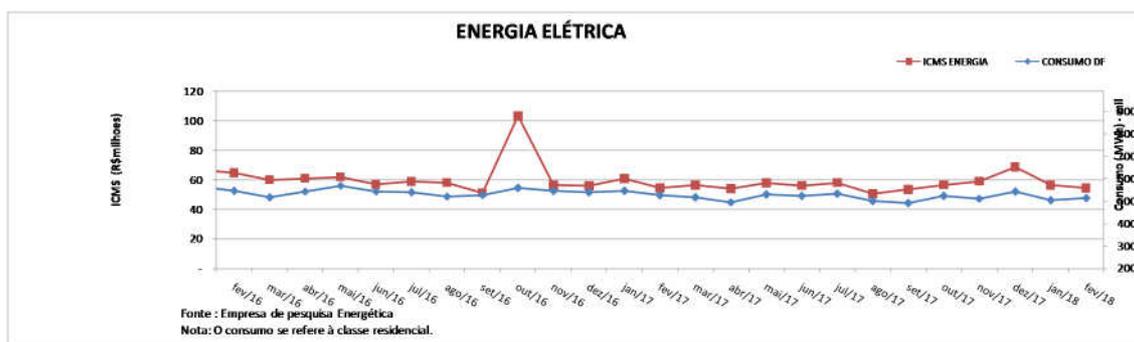
A arrecadação do ICMS Indústria no Distrito Federal acompanhou esses resultados positivos da indústria brasileira na comparação com igual período em 2017. A arrecadação do mês de fevereiro de 2018 cresceu 17,4% em termos reais na comparação com fevereiro de 2017; no primeiro bimestre de 2018, foi também registrado acréscimo real da arrecadação de 14,7% na comparação com igual período em 2017. Vale salientar que o aumento de arrecadação do ICMS Indústria não inclui a modalidade de recolhimento Incentivado – PADES/PRODF II, que ocorreu neste mês.

ENERGIA ELÉTRICA

Na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relatou que o consumo de energia elétrica na rede totalizou 39.501 GWh, que representa 0,7% superior ao registrado em janeiro de 2017. Em nível regional, enquanto Sul (+1,9%), Norte (+1,6%) e Nordeste (+1,2%) apresentaram altas e no Sudeste o consumo permaneceu no mesmo nível, no Centro-Oeste caiu ligeiramente (-0,1%).

Na referida publicação, o Distrito Federal é mencionado apenas uma vez: “enquanto Mato Grosso registrou crescimento de 5,5%, os demais Estados registraram taxas negativas no consumo de eletricidade: Mato Grosso do Sul, queda de 11,1%; Goiás, queda de 2,3%; e Distrito Federal queda de 1,2%.”

O gráfico abaixo apresenta a evolução de consumo de energia elétrica no DF e de arrecadação do ICMS do setor, a partir de janeiro de 2016. Percebe-se que o consumo apresentou um leve ganho em relação ao mês anterior, enquanto a arrecadação apresentou uma leve queda neste mês de fevereiro de 2018.



No que tange ao desempenho da arrecadação do ICMS para o setor, na comparação de fevereiro de 2018 com igual mês em 2017, contabilizou-se queda de 0,7%. Quanto ao desempenho acumulado para o primeiro bimestre de 2018 em relação a igual período de 2017, registrou-se decréscimo real de 4,4%.

VEÍCULOS

Segundo a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), a venda de automóveis, comerciais leves (picapes e furgões), caminhões e ônibus novos subiu 23,1% em janeiro, comparando com o mesmo período de 2017. Foram emplacadas 181.263 unidades, contra 147.200 no mesmo período de 2017. Na comparação com dezembro de 2017, entretanto, quando foram vendidos 212.620 veículos, houve queda de 14,75%.

Os segmentos de veículos de transporte e carga foram os que apresentaram as maiores altas: enquanto a venda de ônibus subiu 57,7%, passando de 707 unidades em janeiro de 2017 para 1.115 em janeiro de 2018, para os caminhões a alta foi de 56,3% (de 2.940 para 4.594 unidades).

No Distrito Federal, levantamento mensal realizado pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF) aponta que em janeiro foram vendidas 6.314 unidades, queda de 6,7% ante as 6.765 vendidas em dezembro de 2017. Por outro lado, houve aumento de 21,0% em comparação com as 5.219 vendidas em janeiro de 2017.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de fevereiro de 2018 foi de acréscimo real de 5,3% na comparação com o mesmo mês em 2017, acompanhando o aumento das vendas de veículos. Para o primeiro bimestre de 2018, em relação a igual período de 2017, registrou-se aumento real de 9,2%.

VENDAS NO VAREJO

O comércio varejista nacional iniciou o ano de 2018 com variação positiva de 0,9% para o volume de vendas de janeiro frente a dezembro de 2017, na série com ajuste sazonal, compensando o recuo de 0,5% registrado no mês anterior. Já o comércio varejista ampliado, que inclui veículos e motos, partes e peças, e material de construção, registrou variação negativa de 0,1% para o volume de vendas na comparação com dezembro de 2017, mostrando resultado próximo à estabilidade, após decréscimo de 0,4% no mês anterior.

Frente a janeiro de 2017, o volume de vendas do comércio varejista cresceu 3,2%, décima taxa positiva consecutiva nessa comparação, enquanto para o comércio varejista ampliado, a expansão do volume de vendas em relação a janeiro de 2017 foi de 6,5%, nona taxa positiva seguida.

De acordo com o Indicador de Varejo da Mastercard – SpendingPulse, baseado nas atividades de vendas na rede de pagamentos Mastercard, juntamente com as estimativas para todas as outras formas de pagamento, incluindo dinheiro e cheque, divulgado em 28 de fevereiro, em janeiro houve aumento de 3,6% nas vendas totais, excluindo as vendas de automóveis e materiais de construção, se comparado com o mesmo período de 2017. Dos sete setores monitorados, cinco tiveram desempenho acima do esperado (supermercados, materiais de construção, artigos farmacêuticos, móveis e

artigos de uso pessoal), enquanto vestuário e combustíveis ficaram abaixo. O comércio eletrônico segue em expansão, sendo novamente o destaque do mês com aumento considerável de 23% em relação ao mesmo período do ano passado. Na avaliação regional, em janeiro, apenas a região Norte teve desempenho acima da média (4,3%), enquanto Nordeste (2,8%), Sul (3,2%), Sudeste (2,8%) e Centro Oeste (-0,4%) ficaram abaixo do registrado pelo varejo, na comparação com a mesma época do ano anterior.

Dados da Pesquisa Mensal de Comércio, divulgada pelo IBGE em 13 de março mostraram que, enquanto a variação de volume de vendas no comércio varejista no Brasil foi positiva de 3,2% em janeiro de 2018 e 2,5% nos últimos 12 meses, no Distrito Federal tais variações foram negativas de -1,8% e -5,7%.

Nessa publicação merecem destaque os setores de Combustíveis e Lubrificantes e Hipermercados e Supermercados (variações negativas de 9,4% e 15,2% nos últimos 12 meses, respectivamente) e Móveis (variação positiva nos últimos 12 meses de 37,6%).

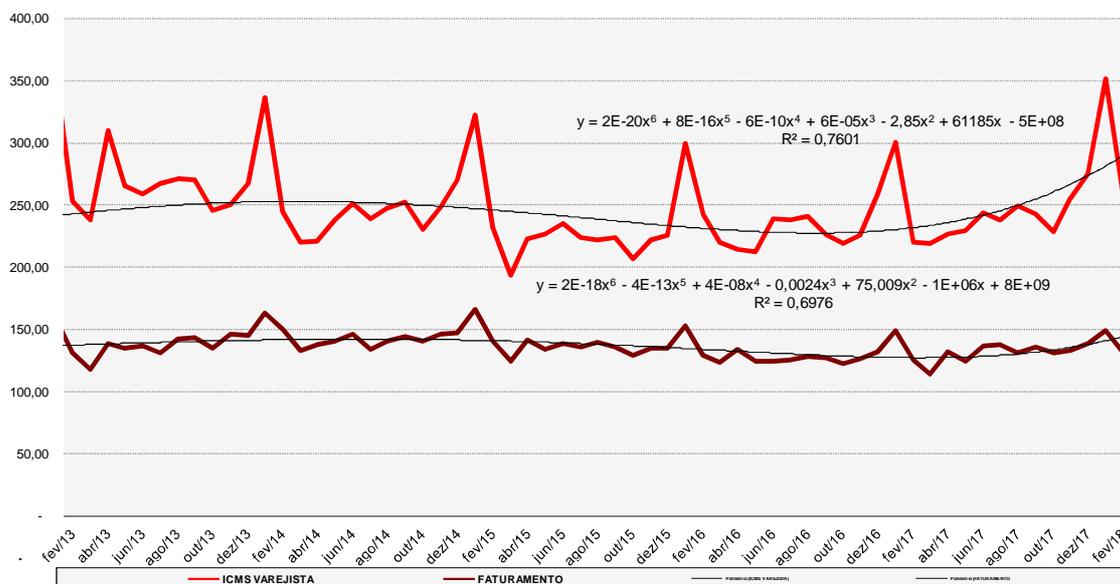
Em 13 de março, o Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal (Sindivarejista) divulgou que as vendas de roupas de verão aumentaram 4% em janeiro e fevereiro no comércio do Distrito Federal. Uma das causas, além da queda da inflação e do aumento do poder de compra por parte dos consumidores, seria o calor, com temperaturas superiores a 28 graus em alguns dias.

Quanto à arrecadação do ICMS do Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de fevereiro de 2018 foi de aumento real de 16,2% na comparação real com o mesmo mês em 2017. Quanto ao desempenho acumulado para o primeiro bimestre de 2018 em relação a igual período de 2017, registrou-se acréscimo real de 16,4%.

Conforme gráfico apresentado abaixo, a curva de arrecadação do ICMS varejista no Distrito Federal apresentou substancial queda em fevereiro de 2018, em relação ao mês anterior, observando-se, também, uma pequena queda para o faturamento das empresas, essa última mais suavizada.

Na ampliação da análise, observa-se comportamento polinomial para ambas as curvas, sendo que, a partir do final de 2016, ambas encontram-se em ascensão, mais pronunciada para a arrecadação do imposto.

COMÉRCIO VAREJISTA DO DISTRITO FEDERAL
FATURAMENTO E ICMS, INCLUINDO SIMPLES NACIONAL
ÍNDICE DE BASE FIXA (100 = MÉDIA MENSAL DE 2007)



ICMS BRASIL

Com base em dados da COTEPE/CONFAZ, a arrecadação do ICMS, incluindo dívida ativa, multas e juros e simples nacional, em nível nacional apresentou aumento real de 2,0% no início de 2018 frente a 2017.

Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou acréscimo de 4,8%, ocupando a 17ª posição no ranking dos melhores desempenhos dentre as 27 Unidades Federadas, conforme tabela seguinte. Diante da ausência do dado da arrecadação de janeiro de 2018 para o Paraná, adotou-se a média aritmética dos últimos doze meses, significativamente inferior ao observado em janeiro de 2017, o que influenciou no resultado, devido à expressividade da arrecadação paranaense.

Em termos regionais, o DF ocupou a 4ª posição da região Centro-Oeste.

**ICMS BRASIL – JAN 2017 x JAN 2018 – Valores em R\$ milhões
(INPC/IBGE)**

UF	ESTADO	2017	2018	Varição (em %)
RO	Rondônia	288,3	325,5	12,91%
MT	Mato Grosso	789,1	889,5	12,72%
MS	Mato Grosso do Sul	697,6	781,6	12,04%
CE	Ceará	974,1	1.077,5	10,61%
TO	Tocantins	217,7	240,6	10,53%
SC	Santa Catarina	1.719,2	1.867,9	8,65%
MA	Maranhão	512,5	555,8	8,44%
SP	São Paulo	11.236,1	12.171,2	8,32%
PE	Pernambuco	1.316,7	1.424,7	8,21%
GO	Goiás	1.228,7	1.323,8	7,74%
BA	Bahia	1.783,0	1.916,2	7,47%
MG	Minas Gerais	3.814,0	4.073,0	6,79%
ES	Espírito Santo	834,3	888,9	6,54%
RR	Roraima	72,3	76,5	5,79%
PA	Pará	918,2	966,9	5,30%
RS	Rio Grande do Sul	2.960,6	3.108,7	5,01%
DF	Distrito Federal	705,9	740,1	4,84%
RJ	Rio de Janeiro	2.915,7	3.054,6	4,77%
RN	Rio Grande do Norte	484,6	499,6	3,11%
AL	Alagoas	362,0	372,7	2,96%
PI	Piauí	336,9	346,5	2,82%
AP	Amapá	67,3	68,7	2,13%
AC	Acre	90,1	89,1	-1,12%
SE	Sergipe	307,1	302,0	-1,64%
PB	Paraíba	484,0	462,9	-4,35%
AM	Amazonas	676,7	634,1	-6,30%
PR	Paraná	4.139,6	2.465,5	-40,44%
	BRASIL	39.932,4	40.724,3	1,98%

Fonte: SEF-DF e COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados pelas UFs foram substituídos por médias aritméticas simples, referentes aos Estados do PR, AC e AM.

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em fevereiro de 2018 totalizaram R\$ 28,3 milhões, que representa uma queda de 29,5% em relação ao mês precedente. Nesse período, houve decréscimos de 30,9% para o ICMS e de 27,7% para o ISS. Quanto ao número de contribuintes observou-se redução tanto para o ICMS quanto para o ISS, correspondentes a 10,4% e 8,8% respectivamente.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES					
Mês/Ano	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
Setembro/2017	17.863.308,83	140.251	14.262.152,27	138.109	32.125.461,10
Outubro/2017	18.028.165,25	161.501	15.499.477,77	168.972	33.527.643,02
Novembro/2017	16.670.115,74	162.335	13.489.143,77	169.768	30.159.259,51
Dezembro/2017	18.989.089,26	140.604	14.781.613,74	139.898	33.770.703,00
Janeiro/2018	22.544.248,78	141.182	17.566.640,60	140.876	40.110.889,38
Fevereiro/2018	15.580.214,52	126.548	12.704.957,86	128.517	28.285.172,38

Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

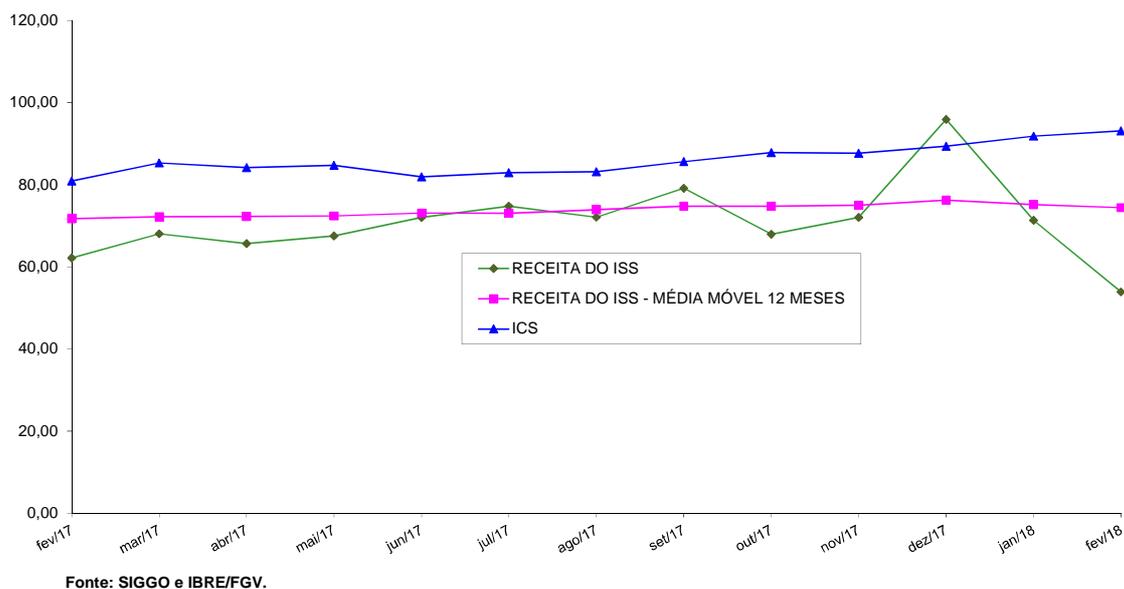
ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de fevereiro de 2018, a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) contabilizou o montante de R\$ 99,2 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um decréscimo nominal de 13,3% na arrecadação, correspondente a uma perda real de 14,8%, tendo o INPC/IBGE como índice de correção monetária.

A queda da arrecadação do ISS foi influenciada pelos efeitos da Lei Complementar nº 937, de 26/12/2017, que incorporou à legislação distrital as alterações promovidas pela Lei Complementar Federal nº 157, de 29/12/2016, a qual estabeleceu que no caso da prestação de alguns serviços financeiros o imposto é devido ao município onde houve a prestação do serviço.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até fevereiro de 2018, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.

COMPARATIVO ÍNDICE DE CONFIANÇA DE SERVIÇOS x RECEITA DO ISS



O Índice de Confiança de Serviços (ICS), da Fundação Getúlio Vargas, avançou 1,3 pontos em fevereiro de 2018, para 93,1 pontos. Com esse resultado, o índice atingiu o maior nível desde abril de 2014 (95,9 pontos). No entanto, o imposto apresentou queda acentuada entre janeiro e fevereiro de 2018, provocando comportamento declinante na linha de média móvel.

Vale salientar que a partir de novembro de 2015, a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de fevereiro de 2018, o cadastro fiscal do DF registrou 162.181 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

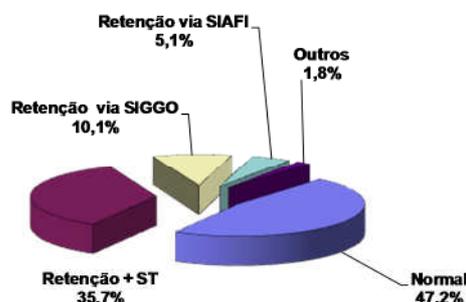
FEVEREIRO DE 2018											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	1.048	12.431	1.707	2.235	1.669	521	4.522	992	6.484	187	31.796
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) PRO-DF Logístico											
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	4.986	16.904	11.693		11.836	4.260	7.881	5.314	20.240	1.632	84.746
5) SIMPLES NACIONAL	1.951	14.483	3.337	35	3.324	1.210	5.890	1.871	11.249	421	43.771
6) Sociedades Uniprofissionais	2	772	6	8	4	1	55	4	66	1	919
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				54							54
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	2	754	4		1		2		776
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF		4		63						1	68
TOTAL	7.991	44.607	16.745	3.196	16.837	5.992	18.349	8.181	38.041	2.242	162.181
PARTICIPAÇÃO	4,93%	27,50%	10,32%	1,97%	10,38%	3,69%	11,31%	5,04%	23,46%	1,38%	

No comparativo com o mês anterior houve um decréscimo de 9.104 inscrições no total de contribuintes do ISS, sendo que o SIMEI – Microempreendedor Individual e o SIMPLES apresentaram diminuição de 9.977 e 2.382 inscrições, respectivamente, e o Regime Normal de Apuração aumento de 3.278 inscrições.

Em termos de participação por localidade, 27,5 % do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,5% na circunscrição de Taguatinga e 49,0%, nas demais localidades. Do total de inscrições, 52,3% estão no SIMEI; 27,0%, no Simples Nacional; 19,6%, no Regime Normal de Apuração e apenas 1,1%, nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em fevereiro de 2018, o ISS Normal respondeu por 47,2%; a modalidade de recolhimento por responsabilidade de terceiros efetuada pelo setor privado (Retenção + ST) por 35,7%; a Retenção via SIGGO respondeu por 10,1%; a Retenção via SIAFI, por 5,1%, e Outros, por 1,8%.

ISS por Situação de Recolhimento fevereiro de 2018



A tabela adiante apresenta valores reais, variações reais e a composição da arrecadação do ISS, por modalidade de recolhimento, nos meses de fevereiro de 2017 e 2018, e no acumulado do primeiro bimestre nos dois anos.

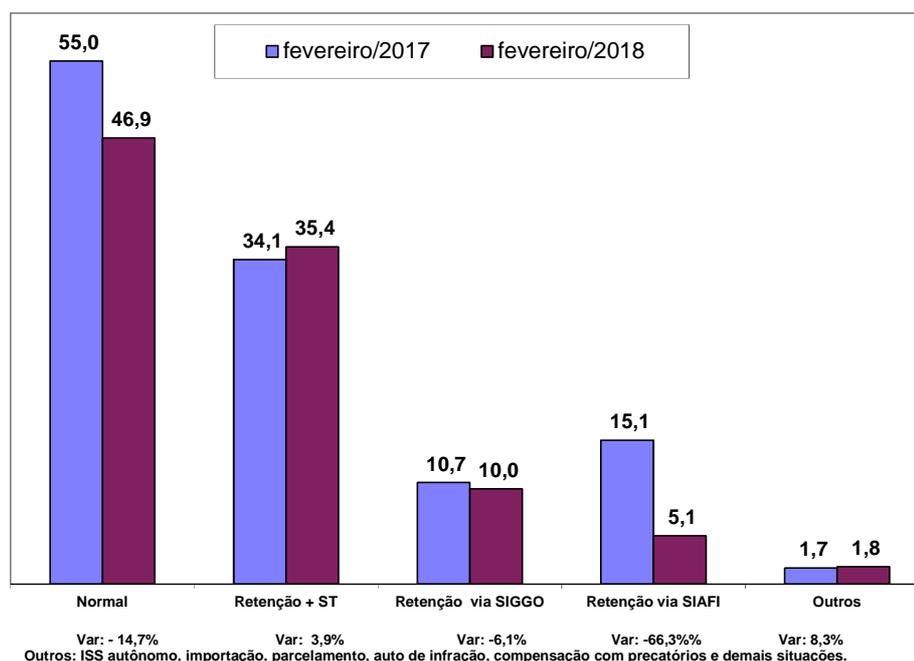
Observa-se que as modalidades Retenção via SIAFI e ISS Normal evidenciaram as maiores variações mensais negativas, com reduções de 66,3% e de 14,7%, respectivamente.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (fev -18)
	fev/17	jan-fev/17	fev/18	jan-fev/18	fev/18	jan-fev/18	
					fev/17	jan-fev/17	
Normal	54.957	117.959	46.875	107.675	-14,7%	-8,7%	47,2%
Retenção + ST	34.109	78.431	35.436	75.224	3,9%	-4,1%	35,7%
Retenção via SIGGO	10.664	16.670	10.016	20.225	-6,1%	21,3%	10,1%
Retenção via SIAFI	15.127	57.197	5.094	22.799	-66,3%	-60,1%	5,1%
Outros	1.683	4.630	1.824	4.910	8,3%	6,0%	1,8%
Total da Arrecadação	116.540	274.887	99.244	230.833	-14,8%	-16,0%	100,00%

Fonte: SIGGO
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

A figura abaixo ilustra a comparação em termos reais de arrecadação do ISS por modalidade de recolhimento em fevereiro de 2018 com o mesmo período de 2017.

ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de fevereiro/2018 (INPC/IBGE)

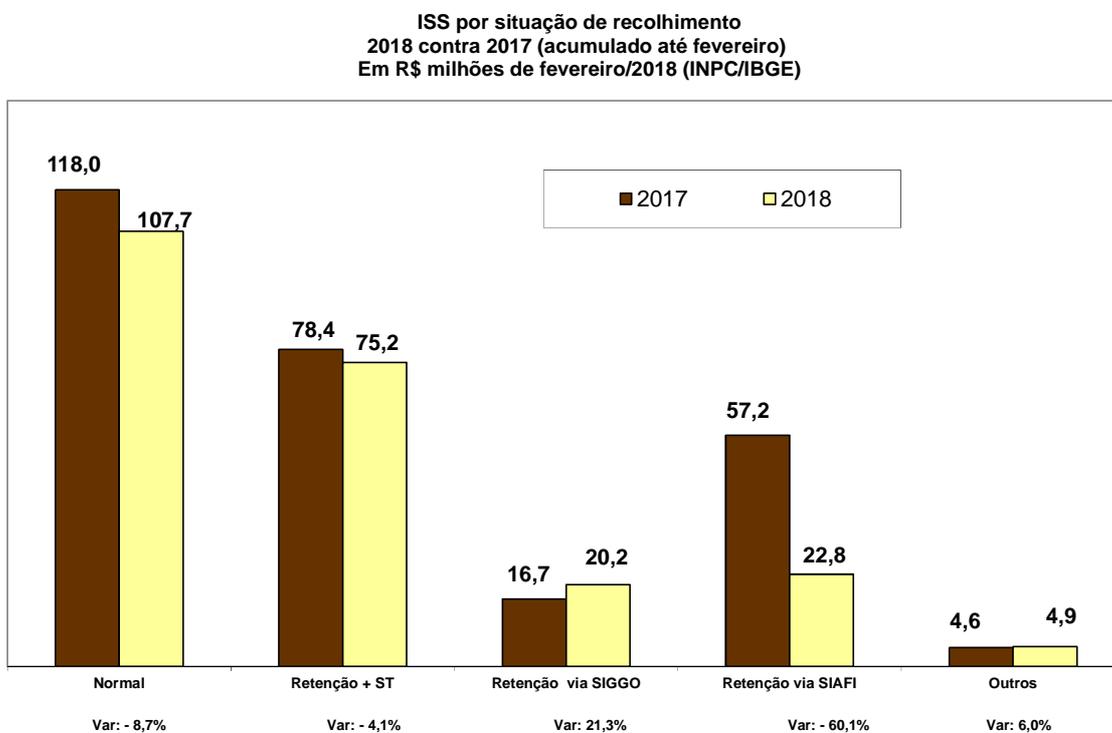


No que tange ao decréscimo real de arrecadação do ISS no total de R\$ 17,3 milhões em fevereiro de 2018 em comparação com fevereiro de 2017, verifica-se que essa ocorreu essencialmente devido à queda nas modalidades Retenção via SIAFI (-R\$ 10,0 milhões) e Normal (-R\$ 8,1 milhões).

Em relação à diminuição na arrecadação do ISS na modalidade Retenção via SIAFI, a União pode ter envidado esforços na liquidação, até dezembro de 2017, de despesas empenhadas naquele ano, o que certamente contribuiu para a elevação do recolhimento de ISS na modalidade Responsabilidade (Retenção via SIAFI) em dezembro de 2017 (R\$ 65,3 milhões), montante bem acima do que foi arrecadado no mês de janeiro de 2018 (R\$ 17,7 milhões) e fevereiro de 2018 (R\$ 5,1 milhões).

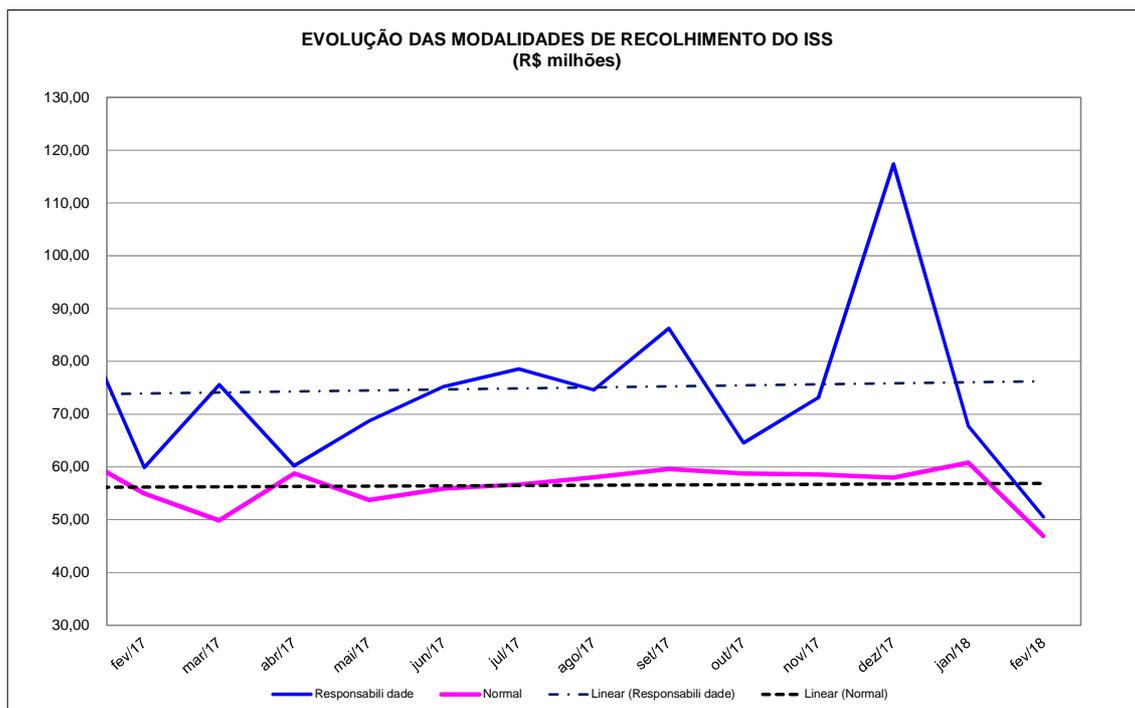
A figura abaixo ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a fevereiro de 2018 com a observada no mesmo período do ano anterior pelas principais situações de recolhimento. Verifica-se que ocorreu decréscimo real de receita para todas as modalidades de recolhimento, com exceção da modalidade Retenção via SIGGO e Outros.

As maiores reduções ocorreram nas modalidades Retenção via SIAFI e Normal, influenciadas pelo resultado de fevereiro de 2018.

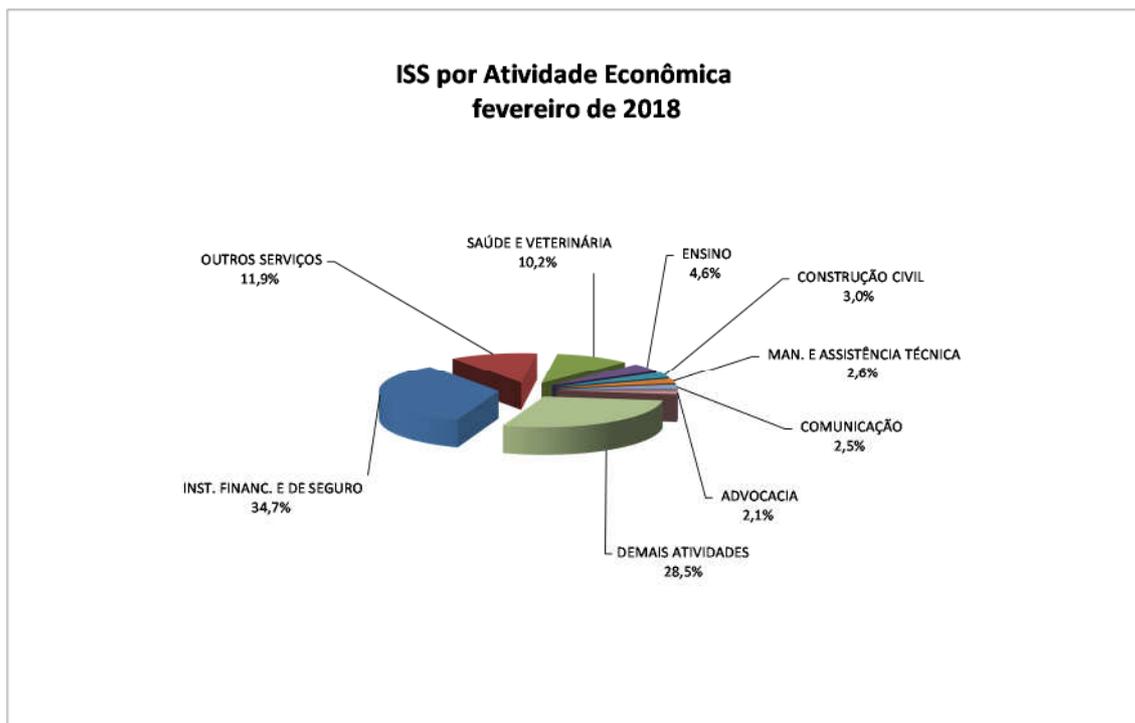


Quanto à modalidade Normal, a diminuição de arrecadação de ISS no mês de fevereiro de 2018 é possivelmente reflexo da entrada em vigor da Lei Complementar nº 937, de 26/12/2017, que incorporou as alterações promovidas pela Lei Complementar Federal nº 157, de 29/12/2016.

O gráfico seguinte apresenta a evolução das modalidades de recolhimento do ISS Normal e por Responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO). Apesar da grande queda do mês de fevereiro de 2018, as linhas de tendência mostram relativa estabilidade das séries históricas, de ambas as modalidades.

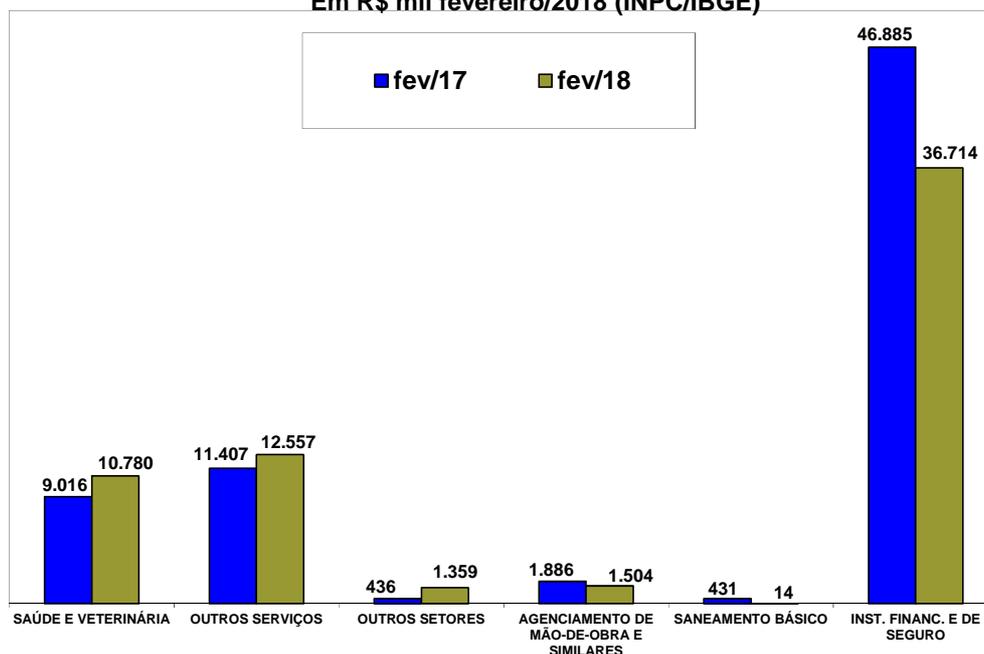


Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em fevereiro de 2018, verifica-se conforme gráfico seguinte que a maior participação na arrecadação do imposto permaneceu no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (34,7%), acompanhada pelos segmentos de Saúde e Veterinária (10,2%) e Ensino (4,6%).



O gráfico abaixo aponta o desempenho da arrecadação do ISS conforme principais setores econômicos. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza pelo fato delas não constarem integralmente na base de dados que serve de referência para a análise.

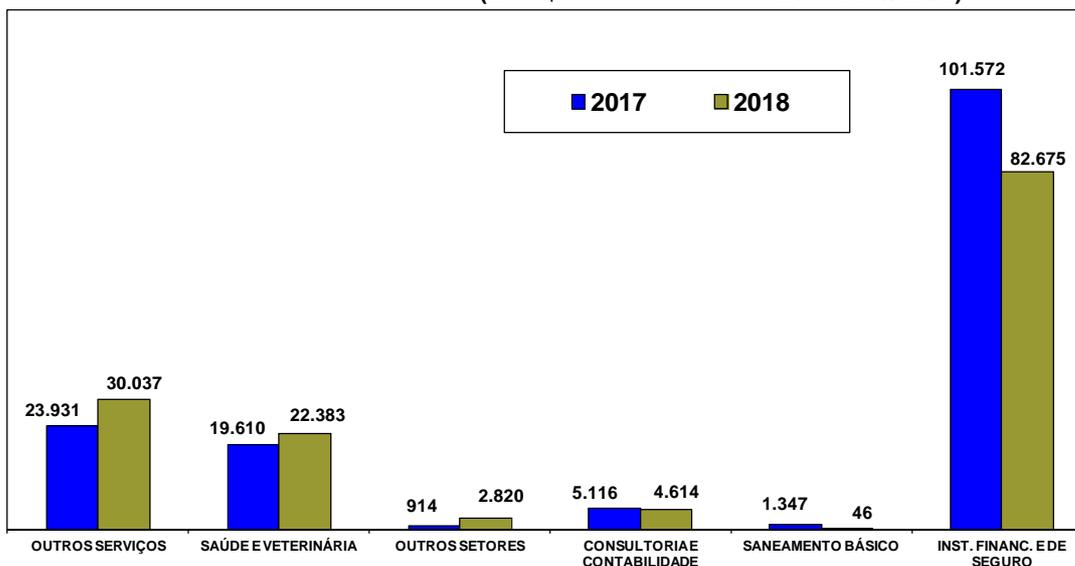
**ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações Absolutas- Atividades Seleccionadas*
Em R\$ mil fevereiro/2018 (INPC/IBGE)**



(*) Excluí os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes contempla apenas parcialmente a retenção por órgãos públicos.

No confronto da arrecadação de fevereiro de 2018 com fevereiro de 2017, os principais acréscimos ocorreram nas atividades Saúde e Veterinária (+R\$ 1,8 milhão), Outros Serviços (+R\$ 1,1 milhão) e Outros Setores (+R\$ 923 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Agenciamento de Mão-de-Obra e Similares (-R\$ 383 mil), de Saneamento Básico (-R\$ 417 mil) e Instituição Financeira e de Seguro (-R\$ 10,2 milhões), sendo esse último decréscimo provavelmente associado à Lei Complementar nº 937, de 26/12/2017 .

ISS por Atividade Econômica - Total de Contribuintes
Maiores Variações - Atividades Seleccionadas
***Valores acumulados até fev (Em R\$ mil de fevereiro de 2018-INPC/IBGE)**



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

Na comparação de 2018 frente a 2017 com dados acumulados até fevereiro, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos de Outros Serviços (+R\$ 6,1 milhões), de Saúde e Veterinária (+R\$ 2,8 milhões) e de Outros Setores (+R\$ 1,9 milhão). Por outro lado, apresentaram decréscimos as atividades de Consultoria e Contabilidade (-R\$ 502,8 mil), de Saneamento Básico (-R\$ 1,3 milhões) e de Instituição Financeira e de Seguro (-R\$ 18,9 milhões), esse último influenciado pelo resultado mensal.

SÉRIES HISTÓRICAS

(02 Fevereiro 2018 – Séries Históricas.xls)